

Os pronomes de tratamento no português europeu dos séculos XVIII e XIX*

The Pronouns of Address in 18th- and 19th-Century European Portuguese

VÍCTOR LARA BERMEJO
Universidad de Cádiz
victor.lara@uca.es

| Abstract: The study of the European Portuguese system of address presents chronological gaps. Despite the investigations on the Middle Ages, the Modern Era and the current distribution, we lack in-depth analyses that account for the 18th and 19th centuries. In this paper, I aim to provide empirical data from these centuries thanks to the letter corpus *Post Scriptum*, since it allows for pinpointing the pronouns and strategies that emerged orally. The results show a dramatic change and the birth of strategies that are now very common. Likewise, I put forth that Portugal has always preferred a system that favours distance and hierarchy by means of new forms that replace others pragmatically devaluated.

| Keywords: pronouns of address; European Portuguese; 18th and 19th centuries; letters

| Resumo: O estudo do sistema de tratamentos do português europeu apresenta carências cronológicas. Apesar das investigações que existem para a Idade Média, a Idade Moderna e a atualidade, não contamos com análises pormenorizadas da realidade que abrange os séculos XVIII e XIX. Neste artigo, tencionamos fornecer dados destes séculos graças às cartas do corpus *Post Scriptum*, as quais permitem ter uma visão global dos pronomes e estratégias que se podiam dar na oralidade. Os dados mostram uma mudança drástica e o nascimento de alternativas que são hoje comuns, além da preferência em Portugal por um sistema que favorece a distância e a hierarquia com novas formas que substituem outras que já não conotam a mesma polidez.

| Palavras chave: pronomes de tratamento; português europeu; séculos XVIII e XIX; cartas

* Este trabalho é resultado do projeto de investigação *The Politeness System and the Emergence of a Sprachbund*, financiado pela Comissão Europeia com o programa Horizon 2020 Marie Skłodowska Curie.

1. INTRODUÇÃO

O sistema de tratamentos do português é um dos fenómenos mais complexos desta língua em qualquer variedade. Embora haja cada vez mais estudos que abordem o tema, sobretudo a respeito do português brasileiro, ainda persistem muitas incógnitas por serem resolvidas. Neste artigo, pretendemos esclarecer o desenvolvimento do sistema pronominal de tratamentos em português europeu dos séculos XVIII e XIX através de um corpus de cartas privadas. A razão deste corte cronológico e da eleição desta variedade, além da fonte de dados, baseia-se no facto de ser sobre este período que menos se conhece sobre o tópico em análise. Ainda que Cintra (1972) tenha analisado a diacronia dos tratamentos, a sua obra foca-se na Idade Média, na Idade Moderna e, de forma mais leve, no último terço do século XX. No entanto, as afirmações de outros autores, tais como Vázquez & Mendes da Luz (1971), Faraco (1996) e Lara Bermejo/Guilherme (2021), acerca da realidade dos anos 1900 e do fim do século XIX, indicam que os anos que abrangem os séculos XVIII e XIX foram decisivos na consolidação do paradigma atual.

No que respeita à variedade portuguesa, esta carece de trabalhos sobre tratamentos, já que tem sido o dialeto brasileiro o que mais atenção tem recebido nos estudos da cortesia. Além disso, o corpus epistolar que utilizamos é pertinente, sendo a correspondência uma das fontes mais fiéis à realidade oral. Porém, somos conscientes de que os resultados estão também condicionados pelo género discursivo, o qual pode favorecer termos arcaicos, mais formulaicos. Os dados terão de ser lidos tendo em conta estas restrições.

O artigo, por consequência, encontra-se dividido nas seguintes seções: em 2, fazemos o breve resumo da história dos tratamentos em português europeu; em 3, descrevemos o marco teórico além da metodologia e corpus usado; no ponto 4, fornecemos os dados e comentamo-los com exemplos; em 5, analisaremos os resultados, enquanto em 6, resumimos as conclusões e em 7, listamos a bibliografia.

2. OS TRATAMENTOS PRONOMINAIS EM PORTUGUÊS EUROPEU

O sistema pronominal de tratamentos em português europeu tem mudado várias vezes ao longo da história. O paradigma medieval e de inícios do século XVI era análogo ao do francês atual (tabela 1), mas a desvalorização pragmática de *vós* provocou o aumento dos sintagmas honoríficos, compostos por um possessivo mais substantivo abstrato, sendo *vossa mercê* o mais alargado. Este novo paradigma cobriu toda a Península Ibérica (Cintra 1972) e representou uma nova fase no célebre *continuum* sobre a cortesia proposto por Head (1978), ao ter escolhido a terceira pessoa por defeito como estratégia não marcada de polidez (tabela 2).

	Informalidade	Formalidade
Singular	Tu	Vós
Plural	Vós	Vós

Tabela 1: Paradigma medieval

	Informalidade	Formalidade
Singular	Tu	Vossa mercê
Plural	Vós	Vossas mercês

Tabela 2: Paradigma da Idade Moderna

Faraco (1996) e Cintra (1972) apontaram o facto do português europeu ter mantido o sistema descrito na tabela 2 até ao século XVIII. No entanto, o aspeto mais significativo foi a paulatina gramaticalização de *vossa mercê* em *vossemecê*, *vomecê* e *você*, como formas mais generalizadas (Menon 2006). Porém, o paradigma atual não tem nada a ver com o vigente na Idade Moderna (tabela 3).

	Intimidade	Informalidade	Formalidade
Singular	Tu + 2sg	Você + 3sg	O senhor + 3sg
Plural	Vocês + 3pl / 2pl Vós + 2pl (norte)	Vocês + 3pl / 2pl	Os senhores + 3pl

Tabela 3: Paradigma atual

Segundo Cunha/Cintra (1992), o paradigma de hoje prevê um sistema tripartido em singular e um bipartido em plural, embora neste último caso haja diferenças dialetais entre norte e sul. Além disso, a casuística contemporânea prevê três contextos diversos, já que não só opõe formalidade face ao resto, mas no lado da não formalidade distingue-se entre contextos íntimos e informais, sendo estes últimos mais neutros ou distantes do que os íntimos, mas sem chegarem a ser formais.

A realidade dos séculos XVIII e XIX não tem sido abordada na bibliografia e o paradigma do século XX pode ser estudado em Lara Bermejo (2018) e Lara Bermejo/Guilherme (2021). Apenas o português brasileiro a este respeito tem chamado à atenção ultimamente, com análises diacrónicas para os séculos de 1800 e 1900 (Lopes et al. 2020). A mudança drástica que pode ser observada entre o paradigma da Idade Moderna e o sistema contemporâneo sugere que os séculos XVIII e XIX foram cruciais para uma nova fase na distribuição pragmática dos pronomes de tra-

tamento. Além disso, a maioria dos dados oferecidos para etapas anteriores provém sobretudo de obras literárias e não de outros gêneros mais fiéis com a casuística oral. Em consequência, neste artigo, tencionamos determinar a evolução dos tratamentos pronominais do português europeu durante os séculos XVIII e XIX, dado que estes são os períodos mais desconhecidos.

3. MARCO TEÓRICO, CORPUS E METODOLOGIA

A teoria sobre a qual fundamentamos o nosso artigo é uma combinação de trabalhos complementares sobre a cortesia, entre os quais se acha o de Brown/Gilman (1960), quem estabelecem que os termos de cortesia podem ser do tipo T ou V. Os primeiros relacionam-se com contextos de familiaridade, intimidade ou proximidade, enquanto os segundos têm que ver com a distância e a formalidade. Assim, *tu* é considerado um pronome T e *vossemecê*, uma forma V. No entanto, segundo Cook (2019), existem situações comunicativas onde um termo T é informal demais, mas uma forma V também poderá ser demasiado cortês. Nestes casos, emergem formas ou estratégias N (de contextos neutros) que, no caso do português europeu atual, seria o recurso do sujeito nulo + 3sg para pessoas com as quais o interlocutor não partilha uma relação de intimidade, porém a interação dá-se em contextos que também não são formais.

Não obstante, é o emprego das formas T, N e V o que representa o verdadeiro sistema de cortesia numa dada sociedade, de acordo com Scollon/Scollon (1995). Estes autores defendem que as sociedades se dividem em função de três paradigmas de polidez: hierárquico, deferencial e solidário. No primeiro, a pessoa que detém um estatuto superior trata mediante T quem está numa posição inferior, mas recebe V e as pessoas que compartilham poder costumam trocar formas V; portanto, os termos e pronomes por defeito neste sistema são os V. No paradigma deferencial, o poder entre os interlocutores é irrelevante, mas a sociedade promove a distância comunicativa, sendo de novo as formas V as que surgem por defeito no discurso. Por último, no paradigma solidário, a sociedade favorece a proximidade e a informalidade, fazendo com que os termos T sejam os mais frequentes neste contexto.

Mas a materialização da cortesia através de sintagmas nominais, vocativos ou pronomes não é a única alternativa, pois a concordância verbal é também sintoma do tipo de tratamento que se estabelece entre os interlocutores. Head (1978) dá conta precisamente de um contínuum e teoriza que a cortesia pode percorrer as seguintes fases: 2sg > 2pl > 3sg > 3pl. O contínuum indica que quanto mais à direita da hierarquia, mais cortês é a estratégia empregue. É por isso que a informalidade tende a ser convencionalizada mediante a 2sg e a formalidade oscila entre a 2pl (como é o caso do francês) e a terceira pessoa (e.g., o caso do português ou do espanhol). Ademais, o número plural é sempre mais cortês do que o singular e se juntarmos ambos os fatores (pessoa e número), a 3pl é a estratégia mais formal de todas (aparece no alemão padrão atual, por exemplo).

Se observamos a transformação que sofreu o português da Idade Média para a Idade Moderna, vemos que esta língua optou por avançar na hierarquia do nível de cortesia ao desterrar a 2^{pl} como marca de polidez e escolher a terceira pessoa. Além do mais, se comparamos o paradigma da Idade Moderna com o atual, de novo observamos uma tendência para a formalidade ou para a distância comunicativa como forma não marcada de cortesia, pois não só se estendeu o pronome *vocês* (V) à custa de *vós* (T), mas o sintagma *o(s) senhor(es)* (V) tem-se generalizado como alternativa mais frequente de formalidade. Este facto é mesmo relevante por dois motivos: o primeiro porque demonstra que o português (pelo menos europeu) tende sempre a manter diferenças diafásicas inclusivamente no plural, o que não é o comum interlinguisticamente, segundo Siewierska (2004). O segundo, porque recorre a um delocutivo como maneira ainda menos individualizadora para tratar alguém num contexto V. Temos de clarificar que todo item de polidez pode ser ou alocutivo ou delocutivo. A diferença entre os dois está no ato comunicativo: o primeiro serve para tratar alguém que está presente nesse ato, enquanto o segundo é uma estratégia de cortesia referida a uma pessoa que não se encontra no ato comunicativo.

Uma vez descrito o marco teórico, passamos a comentar o corpus e a metodologia. O corpus que forneceu os dados é *Post Scriptum*. Trata-se de uma compilação de cartas privadas de espanhol peninsular e português europeu que abrange desde o século XVI até ao século XIX. As cartas pertencem a diferentes estratos sociais, mas a maioria delas foi escrita por classes iletradas. Portanto, analisámos 1.427 cartas que cobrem os anos 1700 até 1833 (de momento, não há cartas para um período mais avançado no século XIX). Embora este artigo se foque no termo de cortesia, também analisámos as relações estabelecidas entre autor e destinatário, além da profissão, classe social e origem geográfica. Igualmente, mencionaremos se em certas ocasiões houve discordâncias entre pronome e elementos sintáticos e a que pode dever-se. Os resultados verificarão se estes séculos foram vitais no desenvolvimento dos pronomes de cortesia e que reconfigurações gramaticais puderam produzir-se. Não obstante, não podemos deixar de ter em conta que o género epistolar se presta a formulações mais arcaicas; portanto, os dados permitirão analisar se certos pronomes que hoje em dia são dialetais ou minoritários só se davam nas cartas precisamente por esse carácter conservador do género discursivo.

Queremos sublinhar que este artigo apenas se foca nos pronomes de cortesia e não nos sintagmas nominais. Por isso, a pesquisa do corpus concentrou-se em pronomes e, de maneira excepcional, em dois sintagmas nominais que, pela sua natureza, estão próximos de serem pronomes, pois fixaram o grau de coalescência e perderam o significado lexical de cada uma das partes, tornando o seu comportamento praticamente num pronome. Referimo-nos ao sintagma *vossa mercê* (e derivados) e *o senhor* (e derivados). O caso de *vossa mercê* é pertinente porque durante a Idade Moderna foi-se gramaticalizando até chegar às formas *vossemecê*, *vomecê* ou *você*. Portanto, a probabilidade de encontrar pronomes arcaicos ou mesmo todo o sintagma é muito alta, sobretudo considerando que o corpus pertence a um tipo textual que se presta a construções arcaizantes. No caso de *o senhor*, embora seja uma estratégia nominal, tor-

nou-se na forma menos marcada de cortesia, ao estilo de *vossa mercê* na Idade Moderna e, por conseguinte, não se tratará de mais um sintagma nominal. Além disso, Ramos (2011) aponta que, em certas variedades de português, *o senhor* se está a gramaticalizar, atingindo o estatuto de pronome.

Assim sendo, tirámos dados de pronome tónico, seja em função de sujeito ou em sintagma preposicional, mas deixámos de fora outro tipo de concordância ou de constituinte por não ser a flexão do verbo, dos objetos ou do possessivo necessariamente igual à do pronome ao qual faz referência. Este matiz revela-se de vital importância, já que não podemos dar por seguro que uma desinência de 2pl refira o pronome *vós* ou que a 3sg substitua um pronome com a dita concordância. Este fator tem sido repetidamente assinalado por Lara Bermejo (2018), Calderón Campos (2000), Corbett (2006), Wechsler/Zlatic (2003) ou Blake (2004). O nosso interesse radica em estabelecermos o desenvolvimento dos tratamentos pronominais em português europeu dos séculos XVIII e XIX a fim de descobrir a realidade e os acontecimentos que se produziram entre o paradigma da Idade Moderna e o contemporâneo.

Além disso, a relevância do pronome tónico e não a de outro elemento sintático baseia-se no facto que é sempre a forma tónica a primeira a aparecer e a marcar a verdadeira relação diafásica entre os interlocutores. Portanto, se um novo termo de tratamento tenta expandir-se à custa de outro, este começará por fazê-lo primeiro em contextos de pronome tónico e, uma vez que esteja generalizado para tal função, irá se estendendo ao longo do paradigma flexional (Lara Bermejo 2018). Aliás, a própria desinência verbal ou átona não denuncia o tratamento escolhido. Calderón Campos (2010) enfatiza especialmente este aspeto, pois encontra em espanhol numerosas flexões de 2pl em verbos, objetos e possessivos ao longo da Idade Moderna embora o pronome *vós* não fosse o selecionado por ser inadequado. O autor encontra mesmo ocorrências de *vuestra merced* explícito como forma tónica, mas referenciado depois com flexão de 2pl. O mesmo acontece em português com *vossa mercê* e é sublinhado por Marcotúlio (2015), por exemplo.

4. DADOS

Para analisarmos o sistema pronominal de tratamentos do português europeu da época, é preciso primeiro estudar a produção explícita do tratamento. Em consequência, dividiremos os resultados de acordo com o número gramatical, embora tenhamos de ter em conta a escassa probabilidade de aparecimento dos pronomes de plural. Em primeiro lugar, mostraremos as ocorrências do século XVIII e, depois, as relativas ao século XIX. Mesmo que o nosso propósito não seja estudarmos os termos nominais, prestaremos atenção ao sintagma *o senhor* (já que atualmente representa a estratégia não marcada de formalidade) e às possíveis gramaticalizações de *vossa mercê* antes de se tornar em *você*. Os dados são descritos na tabela 4.

	Tu	Vossa mercê	O senhor	Vós	Vossas mercês	Os senhores
Século XVIII	224	3.276	1 323 (referência delocutiva)	94 com referência singular 2 com referência plural	328	12 (referência delocutiva)
1800 – 1833	150	994	15 91 (referência delocutiva)	16 com referência singular 1 com referência plural	14	1 4 (referência delocutiva)

Tabela 4: Resultados do corpus *Post Scriptum*

A tabela 4 demonstra a preferência absoluta pelo sintagma *vossa mercê* ou formas gramaticalizadas, como *vossemecê*, *ocê* ou inclusivamente a abreviação VM. Em plural, esta forma é a mais escolhida, pois *vós* surgiu sobretudo em singular e *os senhores* não se comporta como o faz hoje em dia.

O uso de *vossa mercê* apareceu no âmbito familiar quando o tipo de relação era assimétrica ascendente, para tratar estranhos, pessoas com que os interlocutores não partilham uma relação próxima, para tratar membros do clero e, às vezes mas não sistematicamente, para tratar amigos e familiares do mesmo estatuto (1-6).

- (1) E agora, não podendo de repente providenciar tudo isto e pagar como devo, vejo, estou perdido. E muito mais perdido se VM me não vale, fazendo-se-me alguma espera com que eu possa satisfazer, não prejudicando a VM e ao mesmo tempo não ficando eu perdido, visto estar caído em uma aleivosia tão atroz. (Carta de Manuel Fernandes de Passos Chaves, corretor, para Vicente Ferreira da Silva, comerciante, 1824).
- (2) Desejo-lhe saúde, em companhia de tudo quanto lhe pertence. Senhor, vejo que VM não tem palavra, e eu já não lhe posso valer. Tenho pedido muito aos meus camaradas que lhe não façam mal. E livre-se que eles o encontrem, que não sei o que há de ser da sua vida, por faltar à palavra. Pois VM mandou dizer por seu compadre (Carta de João da Mata para Bernardo Félix, 19 novembro 1822).
- (3) Muito estimo que VM logre perfeita saúde em companhia de meus manos e de quem VM mais deseja. Eu fico bom para em tudo lhe dar gosto. Eu lhe escrevi uma carta, a qual lhe mandei botar no correio de Lamego, pois não dizendo nem explicando a minha prisão porque não o queria dar a saber a ninguém. Pois assim agora lhe remeto esta para que VM saiba nos casos em que estou metido, onde se pode informar com essa mulher (Carta de Manuel de Sousa Camões para a sua mãe, Sebastiana de Sousa Camões, 21 abril 1825).
- (4) Eu não vou por meu gosto, mas a minha mãe é que me manda. Por isso é que vou. Mas se isso não é seu gosto, não irei mais senão quando VM me der licença. Eu estou pronta para executar todos os seus preceitos. Com isto não enfado mais (Carta de Maria Francisca de Almeida para o seu primo, José de Santa Ana Rocha, 1793-1794).
- (5) Meu Pai e Senhor. Recebi a de VM, ao mesmo tempo que desejava que VM fosse o portador. Mas certamente conheço que as minhas culpas me privam dessa dita, porque fazem com que minha mãe não ceda de seu parecer (Carta de Faustina Maria para o seu pai, Pedro Rodrigues Arvelos, 1759-1763).

- (6) Amigo frei António
 Longe da vista, longe do coração. É justamente o que em **você** se verifica a meu respeito (Carta de Mário, Dominican Order, para frei António de São Tomás Carreno, ordem dominicana, 2 agosto 1823).

Devemos clarificar que dos 4.612 *tokens* das diferentes formas de *vossa(s) mercê(s)* foi desigual. No século XVIII, estes dividem-se assim: *vossemecê*: 1 (0,02 %); *você(s)*: 18 (0,4 %); e V.M.(s): 3.585 (77,7 %). No primeiro terço do século XIX, a distribuição é a seguinte: *vossemecê(s)*, 12 (0,26 %); *vomecê*, 1; *você(s)*, 29 (0,62 %); e V.M.(s), 966 (21 %). Além disso, a ocorrência de algumas destas pode estar sempre referenciada pela abreviação VM, como se vê em (7-10).

- (7) Estimarei tenha conseguido muitos alívios. E VM lhe diga que mande a resposta. **Você** pode ir confessar amanhã ao rosário, como já lhe mandei dizer. No mais, fico muito à sua obediência. Muitas lembranças a minha mãe, e Deus guarde a VM por muitos anos (Carta de Madalena Tomásia de Jesus para Ana Maria de Jesus, 1770-1772).
- (8) Meu Senhor André Pereira. Estimei de ouvir novas suas e da sua boa saúde e de toda a sua obrigação. Meu senhor, **vossemecê** bem sabe que estamos fora de Lisboa há muitos dias. O que lhe peço é que quanto mais depressa fizer essa diligência. Eu saberei agradecer. Quando estiver corrente tudo, VM experimentará o meu primor. Deus o guarde os anos de seu desejo (Carta de Francisco Xavier Martins, para André Pereira Rebelo, 1750-1759).
- (9) E, no caso que não fosse VM capaz de cumprir o que prometeu e querendo VM ausentar-se de mim, devia de fazer por outro modo e entregar quanto eu tinha comprado, uma vez que ausência era por **vossemecê**, pois tudo me custou a meu suor (Carta de José Rodrigues para Leocádia do Espírito Santo, 1829).
- (10) E o Manuel, que mercê arranje a encomenda, que **Vomecê** sabe, que tenho pressa dela, que são as companhas. E VM mande-me também a outra encomenda. Adeus. Até à vista (Carta de António de Carvalho para o seu pai, 1830).

Porém, encontrámos que *tu* é a forma mais frequente de tratar um só interlocutor num contexto T. As situações T nestes séculos não são as mesmas do que hoje, pois *tu* surge no corpus *Post Scriptum* entre amigos, cônjuges, familiares do mesmo estatuto e para o tratamento a inferiores (11-14), mas todos estes mesmos casos podem também induzir pronomes V, portanto o pronome T não estava ainda fixo nestes contextos.

- (11) Meu amigo do Coração, com a gostosa surpresa da feliz chegada do Senhor Dom Joaquim Lobo, recebe **tu** também este ténue testemunho da minha amizade, sentindo muito renovar-te a pena e justa sentida que terás sofrido (Carta de Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa para Dom João de Almeida de Melo e Castro, 7 junho 1795).
- (12) Meu Marido, todo o meu bem.
 Não te posso explicar o sentimento com que estou por te não escrever há dois correios, mas não pude. Agora aqui cheguei sábado bem doente e logo na segunda-feira me purguei e tenho tomado já duas. Ainda hei de tomar outras duas, pois me acho muito mal das minhas feridas. Não sabes o quanto me agonia o estar na cama, mas paciência, já que os meus pecados assim o querem... Cá tenho recebido o dinheiro que me mandastes.

Deus te faça como **tu** me fazes, pois não tenho outro amparo senão **tu** (Carta de Maria para Gabriel de Mira, 1760-1769).

- (13) Eu sei o quanto devo à tua fiel amizade e por isso te rogo me não desprezes. É verdade que eu fui à cadeia onde **tu** estavas, e quando te mandava chamar, já o ladrão do Torcato me estava jurando pela pele (Carta de Menezes para anónimo, 1793).
- (14) José, hoje eu quero-me ir desobrigar, mas eu quero arranjar umas calças até domingo. E eu hei de dizer ao meu patrão que **tu** a mandastes. E **tu** hás de dizer ao meu patrão, se lá te for falar. Dize-lhe que **tu** a mandastes, as ditas calças. Porém, com isto não enfado mais (Carta de Francisco Nunes para o seu irmão, José Lopes, 10 abril 1820).

Além disso, encontrámos vestígios do pronome *vós*. O seu aparecimento é de enorme interesse, pois praticamente todas as ocorrências fazem referência a um único interlocutor e não a um grupo de pessoas. As situações onde se recorreu a *vós* para tratar um alocutário incluem membros do clero, mas ainda ocorre de maneira extraordinária entre casais ou familiares do mesmo estatuto, embora o emprego de *vós* nestes casos esteja misturado com flexões de *vossa mercê* e *tu*, num claro processo de mudança que não se estabeleceu completamente (15-17). Estas misturas e o facto de *vós* não ter emergido frequentemente indicam que este pronome estava quase a desaparecer, e que foram *vossa mercê* e *tu* as formas que substituíram os empregos de *vós*. É preciso remarcar que *vós* já tinha perdido conotação cortês no fim da Idade Média (Cintra 1972), porém demorou mais três séculos a abandonar o paradigma. Os exemplos expostos são os últimos para o *vós* singular, mas em plural este pronome continuou a existir dialetalmente no norte do país. Como víamos antes, os âmbitos conjugais além dos familiares entre pessoas de igual estatuto vai favorecendo o emprego de T, mas as ocorrências certificam que o pronome V não tinha desaparecido nessa altura.

- (15) Não há dúvida que, quando me apartei de **vós**, em esses dois dias que lá estive, ou fosse por não estares boa, o que sentia em mo não dizeres, ou por falta de continuação, e querer-vos meter no coração e dele vos não apartar um só instante, é verdade que senti a falta dos vossos agrados. E, posto que estivestes até às duas horas, bem sabeis que nesse tempo não me podíeis dar notícias vossas, tão particulares, respeitando à mana Joana, pois sei que nem da própria camisa já hoje se pode ninguém fiar. Nem imagineis que eu me lembro, para a Deus Nosso Senhor ofender, de obrares por mim a fineza de me teres a vossos virginais peitos, e neles, como o próprio e entranhável filho, me reclinares (Carta de frei Francisco de Assis para Maria Antónia da Encarnação, 1741).
- (16) Fora melhor morrer que ver-me metida em tantos trabalhos quantos Deus sabe, e com tantas penas, pois, deixando-me de tão poucos meses possuída de **vós**, julgaríeis em mim o mais mínimo descuido e que nunca, jamais, me passais da memória. Esta é a minha desconfiança, mas a maior, de que seríeis vivo ou não. Todos os anos vos tenho escrito sem cessar e remetido à Bahia, ao irmão, pelos homens destas partes, e ao irmão procurando muito por **vós**, de que não tive resposta nem notícia alguma (Carta de Isabel Pereira para o seu marido Marcos Simão Perfeito, 1724).
- (107) E, como o meu amor é firme, não pode admitir coisa que lhe deem pena nem que esteja mal a pessoa de VM. Novas minhas são saudades e mais saudades de VM e ficar de saúde para servir a VM, estimando mais que tudo a logre VM tão perfeita, como eu lhe desejo,

para me mandar em tudo o que for de seu gosto [...] Falei com os mais cirurgiões e todos da mesma sorte me disseram que tal coisa não davam. E assim vede **vós** por vossa via se lhe dais algum remédio (Carta de Manuel de Carvalho Pinto para Catarina da Silva Albuquerque, 1720-1733).

Os usos de *vós* plural que descobrimos correspondem aos contextos T, já que surgiram para um grupo de familiares da mesma posição (18).

- (18) Meu irmão José da Costa, me recomendo e a toda a mais obrigação da casa e que esta haja por sua, que estimei que tenha logrado aquelas felicidades que eu para mim desejo, e meu irmão Manuel da Costa e minha irmã, Esperança, e a seu marido e a toda a mais família da casa. E assim peço que se faça toda a diligência por eu ter contentamento de ir passear a essa terra, querendo Nossa Senhora e Jesus, Maria, José, alegria que vos posso dar a todos se lá vestiam e cá [...] E assim dou graças a Deus das mercês que me tem feito e ainda mais que, se qualquer de **vós** outros me visses, me não haveis conhecido (Carta de Amaro da Costa para o seu irmão António Pires, 1744).

Além disso, o recurso tão habitual hoje de *o(s) senhor(es)* gerou poucos exemplos, pelo menos na sua conotação contemporânea. No século XVIII, a totalidade de ocorrências não excede de uma (0,22 % do total), enquanto as outras 335 vezes (75 %) funcionaram como delocutivo, ou seja, como referência a um indivíduo ou um grupo de indivíduos que não formam parte do ato comunicativo ou que não são os interlocutores diretos. Igualmente, praticamente todos os exemplos delocutivos estão acompanhados por uma aposição que clarifica a identidade dos referentes e as suas profissões. No caso da forma masculina singular, o emprego de *o senhor* podia referir-se também a Deus (19-21).

- (19) E, também, dando-lhe os parabéns do bom parto e feliz sucesso que teve minha mãe e mestra com a sua nova convertida, que é a irmã Faustina, a qual **o Senhor** a conserve e aumente na sua divina graça e a encha cada vez mais e mais do seu amor (Carta de Maria Jacinta dos Anjos para o seu pai Pedro Rodrigues Arvelos, 1759-1763).
- (20) E, assim, defenda a sua causa com os olhos nos meus divinos corações que eles o hão de favorecer e ajudar. E, se não, escute **VM** o prodígio de seu compadre, **o senhor** António Alves, vejo a sua causa aqui o Rio de Janeiro. O meu padre Francisco me disse pedisse a Deus por ele (Carta de Rosa Maria Egipcíaca para Pedro Rodrigues Arvelos, 1755).
- (21) Meu padre que me bote a sua bênção e **VM** também. Eu estou muito agravada de **VM** por achar na carta que **VM** me trata por **VM**. Quisera saber onde tal se ouviu. Quando **os senhores** estão agastados com as escravas, então lhe chamam por **VM** (Carta de Rosa Maria Egipcíaca para Pedro Rodrigues Arvelos, 1752).

O primeiro terço do século XIX apresenta praticamente a mesma situação, pois há 15 (3,35 %) alocutivos de *o senhor*, mas 92 delocutivos (20,5 %), seja como referência a Deus, seja para um indivíduo cuja posição social ou identidade é clarificada por meio de uma aposição. No plural, a quantidade de *tokens* de *os senhores* como forma direta é 1 (0,22 %), embora os seus elementos de concordância possam referir-se a

vossas mercês. Em contraste, 4 exemplos surgem com referência a uma terceira pessoa (0,9 %) (22-24).

- (22) Com a data desta escrevo ao Doutor Juiz de Fora para que lhe remeta o que lhe restar da quantia de 66.000 e tantos réis, paga à décima, para **o Senhor** a juntar a 9.600 réis que me deve do partido da sua casa e visitas que a alguns doentes da Barroca fiz, e pagar as casas a sua mãe (Carta de Félix da Gama para Manuel da Costa Alves, 1828).
- (23) Tudo lá assiste! Veja como o pobre Casareiro se não havia ver com tal malta! Enfim, tantas queixas fizeram dele, até que **o Senhor** corregedor o pôs na rua e entrou um neto querido de Maria Isabel. Agora, faça ideia deste partido! (Carta de Maria José Benedita Franca de Barros para Dona Gertrudes Caetana Fialho, 2 julho 1827).
- (24) **Senhores**, venho saber que saiu de sua casa o seu guarda-livros, Carlos Wirth. Ignoro os motivos e não é coisa que deseje saber quais sejam eles. **VMs** me acusaram de um crime perante o tribunal competente. Porém, sei positivamente que não foram **VM** que fizeram e bem sim o dito Wirth. Eu nunca culpei a **VM** nem tive nada diretamente com **os senhores**, porém sim com Carlos que me precipitou de todos os modos querendo-me desacreditar e sacrificar, como, com efeito, conseguiu (Carta de José Brudo, comerciante, para Francisco Maria e João Evangelista Montano, 1817).

De um ponto de vista sociolinguístico, as cartas refletem que o uso ainda arcaico de *vós* no singular está restrito a membros do clero e/ou áreas rurais de Portugal. Enquanto 91 casos (83 %) estão escritos por membros da igreja, o 17 % restante está assinado por militares ou familiares de militares, cuja origem é humilde e rural. No caso de *tu*, não observámos nenhum perfil particular para o seu uso, já que apareceram entre profissionais de classe alta, como diplomatas, também entre militares e trabalhos com um baixo prestígio social. Temos de enfatizar a frequência com que *tu* aparece para esses autores que provêm de Lisboa ou moram na cidade. Só no século XIX é que *tu* começa a aparecer em áreas não urbanas, como Campo Maior (5 casos: 2,2 %), na fronteira com Espanha. Em todo o século XVIII, no entanto, as ocorrências de *tu* surgem em Lisboa (94,2 %), embora haja exemplos na cidade de Viana do Castelo, no norte (2 casos: 0,9 %) ou na cidade de Beja, no sul (6 casos: 2,7 %), todas elas como áreas urbanas.

Os exemplos apresentados são vitais, porque ainda refletem usos que a bibliografia tinha considerado não existentes e mostram uma mudança muito incipiente que se teceu e estabeleceu em décadas posteriores.

5. ANÁLISE

Os dados da secção anterior certificam três mudanças importantes: o isolamento de *vós* a contextos associados com o clero ou como estratégia arcaizante; a promoção de *o senhor* como delocutivo para alocutivo; e a especialização de gramaticalizações arcaicas de *vossa mercê* como alternativa formal de cortesia em detrimento de *você*. No primeiro caso, as escassas ocorrências de *vós* apareceram como tratamento singular desde que, pelo menos, um dos interlocutores fosse membro do clero ou trabalhasse para ele. No

entanto, a emergência de *vós* singular nos anos 1700 entre pares dá-se sempre em interlocutores que pertencem a um entorno rural ou a um nível socioeducativo baixo. Os exemplos de *vós* plural mal se deram, mostrando que a forma de prestígio nessa altura era já *vossas mercês* ou alguma das suas gramaticalizações. É aliás no século XVIII que se atesta os últimos vestígios de *vós* singular, como acontece com o caso do espanhol peninsular (Lara Bermejo, 2022). Precisamente, o espanhol também tem res-tritos os usos de *vós* a membros do clero ou como estratégia arcaizante, demonstrando uma tendência ibérica no que respeita a este pronome.

Uma das mudanças mais relevantes nos anos em que este artigo está focado é a passagem de *o senhor* como termo delocutivo a estratégia alocutiva e, posteriormente, a sua generalização como alternativa V não marcada. Este desenvolvimento tem três estádios muito bem diferenciados: primeiro, *o senhor* aparece como referência a uma terceira pessoa, seguido nomeadamente pelo estatuto profissional do referenciado. Posteriormente, *o senhor* começa a aludir ao alocutário, mas sempre acompanhado por uma aposição que clarifica o estatuto ou a identidade do interlocutor. Finalmente, a aposição desaparece e *o senhor* é reanalisado como termo alocutivo sistemático, espraçando-se à custa de *você* ou outras formas nominais para contextos V.

A transição de delocutivo a alocutivo não é uma anedota em português, pois as fases incipientes do sintagma *vossa mercê* iniciaram-se da mesma maneira (Menon 2006). Além disso, o português europeu tem favorecido um sistema de polidez baseado na hierarquia e na deferência. Como já mencionámos a propósito das teses de Scollon/Scollon (1995), existem três sistemas de cortesia: hierárquico, deferencial e solidário. Se aplicamos estes sistemas aos pronomes de tratamento, o hierárquico faz com que o interlocutor que se encontra numa posição superior recorra a um pronome ou estratégia T para tratar o seu inferior, enquanto o inferior tem de usar pronomes V para falar ao seu superior. No sistema deferencial, todos os interlocutores utilizam pronomes V para marcarem distância e no sistema solidário há reciprocidade entre os interlocutores ao se intercambiarem pronomes T. A mentalidade da sociedade europeia pré Revolução Francesa favorecia os sistemas hierárquicos e deferenciais, mas a partir do século XIX, a solidariedade vai ganhando adeptos gradualmente (Brown/Gilman 1960).

Os resultados expostos acima constataam o gosto pela deferência ou, pelo menos, pela não solidariedade, ao favorecer termos distantes e nominais, como *o senhor*, e descartar formas mais diretas e individualizadoras, como pronomes. Este facto reflete-se mesmo nas variantes de *vossa mercê*, sobretudo na abreviação, pois é a forma VM, ora em singular ora em plural, a estratégia mais estendida no âmbito epistolar. Segundo Faraco (1996), a abreviação VM era já arcaica no lapso temporal que abrange este artigo. No entanto, mesmo que tenhamos tirado dados de formas arcaicas de *você(s)*, como *vossemecê(s)* ou *vomecê(s)*, o pronome *você(s)* ainda não tinha perdido carácter cortês. Para Faraco (1996) e Vázquez/Mendes da Luz (1971), *você* em singular tinha-se tornado T ou sinónimo de *tu* no século XIX, mas, de acordo com os nossos dados, esta mudança ainda não se tinha produzido no primeiro terço de 1800. Sublinhamos de novo o condicionamento do género discursivo, já que a própria utilização de VM

indica que as alusões ao sintagma na sua fase primigénia são consideradas mais formais do que a expressão de *você(s)*. Outra vez, estamos perante uma estratégia que procura não individualizar o interlocutor e tratá-lo de maneira mais indireta. Ao ser a terceira pessoa a marcação gramatical menos invasiva para a cara do alocutário, o falante tem de recorrer a outras alternativas, tais como sintagmas nominais ou delocutivos. Os arcaísmos também fornecem uma aparência mais elevada, mais sóbria, menos próxima e, portanto, satisfazem a distância que o sistema deferencial e hierárquico promove.

A manutenção das estratégias V na cronologia que estudamos é relevante, pois o português europeu não sucumbe à moda que se estava a estender no resto da Europa na mesma época. Enquanto os termos nominais *mamá* e *papá* substituíam os correspondentes *mãe* e *pai* em francês, inglês ou espanhol, fazendo com que a dinâmica familiar se tornasse solidária (Brown/Gilman 1960), a variedade europeia do português preferiu continuar com o sistema hierárquico dentro da família. Assim, nos países europeus onde a tendência pela solidariedade emergiu, as formas nominais representaram o prelúdio do tuteamento no âmbito familiar que se espalhou já no século XIX e depois em cada vez mais contextos ao longo dos anos 1800 e no primeiro terço do século XX, sobretudo em Espanha (García Godoy 2010, Molina Martos 2020). Os dados do português confirmam que tais tendências não foram aceites em Portugal durante essa altura, e será apenas no último quarto dos anos 1900 que o tuteamento e as formas T se estabelecerão na família, na amizade e em mais situações, sem nunca atingirem o valor não marcado (Hammermüller 2020, Lara Bermejo/Guilherme 2021). Por outras palavras, o português europeu tem mantido sempre a distância comunicativa como tendência mais frequente, mesmo na atualidade, embora os casos de solidariedade tenham aumentado (Lara Bermejo no prelo).

Além disso, temos de enfatizar a oposição rural-urbano na utilização das distintas gramaticalizações de *vossa mercê*, já que os nossos dados corroboram as afirmações de Faraco (1996), ao admitir que *você* ocorre mais nas cidades. Tanto *vossemecê* como *vo-mecê* surgem no âmbito rural e assim segue sendo até ao século XX, como demonstram Lara Bermejo/Guilherme (2018). A dicotomia urbano-rural não é só relevante para *vossa mercê*, mas também, como já destacámos, para o maior ou menor emprego de *tu*. Enquanto este pronome era mais usado nas zonas urbanas já no século XVIII, a partir de 1800 começa-se a aceitar *tu* no campo em contextos onde previamente não surgia, como contágio do que acontecia nas cidades. Portanto, a tendência à solidariedade possui uma origem urbana, como se passou em países homólogos do resto da Europa, e como aconteceu também nas outras línguas ibéricas (Molina Martos 2020, Álvarez Blanco/González Seoane 2021, Tordera Yllescas 2021).

A casuística que vimos nas cartas do *Post Scriptum* supõe o início de um novo sistema que chega até à atualidade. Se compararmos estes dados com os mostrados em Lara Bermejo (2018) acerca do século XX, advertimos que *o senhor* no singular e plural se tornou na estratégia V por defeito e *vós* singular deixou de existir, enquanto a alternativa plural se restringe a uma questão diatópica no norte, a qual vai em retrocesso. No seu lugar, *vocês* espalhou-se pelos contextos T e pode mesmo servir como N, mas não

satisfaz a conotação V. No singular, *tu* continua a ser a forma T, como era na altura em que foram escritas as cartas, mas é *você* e as suas variantes o que tem mudado e é no fim do século XIX o que marca essa mudança.

6. CONCLUSÕES

Os séculos XVIII e XIX representam o fim do paradigma da Idade Moderna e o início do sistema que se dá hoje em dia. O século XVIII fornece os últimos vestígios de *vós* singular, que termina especializando-se para o clero e, como forma T plural, mantém-se no norte. Além disso, o século XVIII é também testemunha dos usos de *o senhor* como alocutivo após ter funcionado como delocutivo. No entanto, esta transição obrigava a uma aposição que clarificava a identidade do interlocutor, mas já no século XIX *o senhor* pode aparecer isolado. Por último, a desvalorização de *você* como pronome por ser muito individualizador favorece o recurso a fases arcaicas da sua gramaticalização e, no género epistolar, à expressão da abreviação VM. Porém, esta desvalorização ainda não tinha acontecido completamente no primeiro terço de 1800. *Tu* é indubitavelmente o termo para T singular, mas a sua produção é ainda minoritária, já que a sociedade portuguesa das cronologias estudadas era propensa a um sistema hierárquico e deferencial, favorecendo por isso as estratégias e pronomes V como alternativas não marcadas de cortesia. Esta tendência pela distância revela-se igualmente na manutenção dos estádios arcaicos da gramaticalização e na utilização de *o senhor* como nova proposta V à custa de *você*, que é reanalisado como T nessa mesma época.

7. BIBLIOGRAFÍA

- ÁLVAREZ BLANCO, ROSARIO/GONZÁLEZ SEOANE, ERNESTO (2021): “Formas de tratamento nos textos galegos do século XVIII”. Em: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* XX, n° 38, p 11-40.
- BLAKE, JOHN (2004): *Case*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BROWN, ROGER/GILMAN, ALBERT (1960): “The Pronouns of Power and Solidarity.” Em: Sebeok, Thomas (ed.): *Style in Language*. Cambridge: MIT, pp. 253-276.
- CALDERÓN CAMPOS, MIGUEL (2000): “Fórmulas de tratamento en las cartas del conde de Tendilla (1504-1506)”. Em: Echenique, María Teresa/Sánchez Méndez, Juan Pedro (eds.): *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Madrid: Arco/Libros, pp. 477-487.
- (2010): “Variantes formales y valores semánticos de (v)os(otros) en la diacronía del español”. Em: Castañer, Rosa María/Lagüéns, Vicente (eds.): *De moneda nunca usada. Estudios dedicados a José María Enguita Utrilla*. Zaragoza: CSIC, pp. 135-147.
- CINTRA, LINDLEY LUÍS FELIPE (1972): *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte.
- CLUL (2014): *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. [última visita: 11/10/2019]. URL: <http://ps.clul.ul.pt>.

- COOK, Manuela (2019): “N-V-T, a framework for the analysis of social dynamics in address pronouns”. Em: Boussac, Paul (ed.): *The Social Dynamics of Pronominal Systems. A Comparative Approach*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 17-34.
- CORBETT, Greville (2006): *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUNHA, Celso/CINTRA, Luís Filipe Lindley (1992): *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá de Costa.
- FARACO, Carlos (1996): “O tratamento você em português: uma abordagem histórica”. Em: *Fragmenta*, 13, pp. 51-82.
- GARCÍA GODOY, María Teresa (2010): “El tratamiento a los progenitores en el español peninsular (siglo XIX). Contraste dos variedades geográficas”. Em: Hummel, Martin/Kluge, Bettina/Vázquez Laslop, María Eugenia (eds.): *Formas y fórmulas de tratamiento en el mundo hispánico*. Ciudad de México: El Colegio de México/Karl Franzens Universität Graz, pp. 595-617.
- HAMMERMÜLLER, Gunther (2020): “Retracing the Historical Evolution of the Portuguese Address Pronoun *você* Using Synchronic Variationist Data”. Em: Hummel, Martin/Lopes, Célia dos Santos (eds.): *Address in Portuguese and Spanish. Diachrony and Diachronic Evolution*. Berlin: De Gruyter, pp. 251-290.
- HEAD, Bernard (1978): “Respect Degrees in Pronominal Reference”. Em: Greenberg, Joseph (ed.): *Universals of Human Language*. Stanford: Stanford University Press, pp. 151–211.
- LARA BERMEJO, Víctor (2018): *La cortesía en la Península Ibérica: dialectología del Sprachbund suroccidental*. Bern: Peter Lang.
- (2022): “El pronombre vosotros bajo el reinado de los Borbones”. Em: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 70, 1, pp. 3-26.
- (no prelo): “The History of Second Person Pronouns in European Portuguese”. Em: *Journal of Historical Pragmatics*.
- LARA BERMEJO, Víctor/GUILHERME, Ana (2018): “The Politeness of *você* in European Portuguese”. Em: *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 11, 2, pp. 337-366.
- (2021): “The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-Century European Portuguese”. Em: *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 14, 1, pp. 39-79.
- LOPES, Célia et al. (2020): “Forms of Address from the Ibero-Romance Perspective: a Brief History of Brazilian *vocameento*”. Em: Hummel, Martin/Lopes, Célia dos Santos (eds.): *Address in Portuguese and Spanish. Studies in Diachrony and Diachronic Reconstruction*. Berlin: De Gruyter, pp. 111-153.
- MARCOTÚLIO, Leonardo (2015): “Sobre la génesis de *vossa mercê* en el portugués medieval”. Em: *Linguística*, 31, 1, pp. 61-79.
- MENON, Odete Pereira (2006): “A história de você”. Em: Guedes, Marymarcia/De Andrade Berlinck, Rosane/Murakawa, Clotilde (eds.): *Teoria e análise lingüísticas: Novas trilhas*. Araquara: Cult. Acadêmica, pp. 99-160.
- MOLINA MARTOS, Isabel (2020): “Linguistic Change and Social Transformation: the Spread of tuteo in Restoration Spain and Second Republic (1875-1939)”. Em: Hummel, Martin/Lopes, Célia dos Santos (eds.): *Address in Portuguese and Spanish. Studies in Diachrony and Diachronic Reconstruction*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 443-480.
- Post Scriptum*: ver CLUL (2014).
- RAMOS, Jânia Martins (2011): “De nome a pronome: um estudo sobre o item o senhor”. En: *Caligrama*, 16, 2, pp. 69-84.
- SCOLLON, Ron/SCOLLON, Suzanne (1995): *Intercultural Communication. A Discourse Approach*. Malden: Blackwell.

- SIEWIERSKA, Anna (2004): *Person*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TORDERA YLLESCAS, Juan Carlos (2021): “Els pronoms de segona persona en el català modern”. Em: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, XX, 38, pp. 41-68.
- VÁZQUEZ, Pilar/MENDES DA LUZ, Maria Albertina (1971): *Gramática portuguesa*. Madrid: Gredos.
- WECHSLER, Stephen/ZLATIC, Larissa (2003): *The Many Faces of Agreement*. Stanford: CSLI Publications.

| **Víctor Lara Bermejo**: Investigador pós-doutoral Marie Curie (Comissão Europeia-Horizon 2020) para a Universidad de Cádiz. A sua dedicação tem-se focado nos pronomes de tratamento do português europeu e o espanhol peninsular, sobretudo de Andaluzia ocidental, e a sua evolução histórica. Tem colaborado em universidades de Suíça, Itália e Espanha, e é autor de numerosos trabalhos sobre cortesia e pronomes de tratamento, desde uma óptica dialetal.